



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### PROJETO BÁSICO<sup>1</sup>

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0025/2023

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa de jurisprudências publicadas por tribunais (TJ, TRF, TRT E Tribunais Superiores) e de doutrinas jurídicas, nos termos da tabela abaixo, para atendimento das necessidades do Coren-SP no que diz respeito à busca por jurisprudências e doutrinas jurídicas para embasamento das atividades de seus setores, como Gerência Jurídica, Procuradoria Jurídica, Controladoria Geral, Gerência de Compras e Contratos, Setor de Licitações e Contratações Diretas e Gabinete da Presidência.

**1.2.** A Contratação em questão considerará as condições, exigências e quantidade estabelecidas neste documento, bem como as especificações técnicas definidas na proposta comercial encaminhada pela empresa Jusbrasil em 20/03/2023.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que correspondem a um artefato operacional que visa suprir necessidade permanente dos agentes que desempenham atividades jurídicas ou com interações permanentes com temas jurídicos, que hoje necessitam realizar pesquisa jurisprudencial, de doutrina e outras consultas de forma manual, impactando, senão na qualidade dos serviços executados, nos prazos destinados às suas respectivas finalizações, representando perda de eficiência e custo ao erário, tendo em vista que o custo da Solução é inferior ao custo do homem-hora.

**1.5.** Além disso, a vigência plurianual se demonstrou mais vantajosa pois significa um desconto de aproximadamente 8% (oito por cento) em relação à contratação anual (a empresa comercializa acessos com 12 e 24 meses de validade), o que produzirá vantagens econômicas à Administração decorrentes da economia do custo administrativo com a tramitação de procedimentos de renovação contratual, que envolvem recursos materiais e humanos de uma série de setores, para um serviço que, sabidamente, é essencial para o funcionamento das unidades em questão.

**1.6.** O custo bianual estimado para a contratação de 15 (quinze) usuários com acesso mensal à ferramenta de pesquisa é de R\$ 15.098,40 (quinze mil, noventa e oito reais e quarenta centavos), conforme tabela abaixo:

---

<sup>1</sup> Adaptado do modelo de Termo de Referência de Contratação Direta Serviços da AGU (atualização Junho/2022), [https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fagu%2Fpt-br%2Fcomposicao%2Fcgu%2Fcgu%2Fmodelos%2Flicitacoescontratos%2F14133\\_termo\\_de\\_referencia\\_contratacao\\_direta\\_servicos.docx&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fagu%2Fpt-br%2Fcomposicao%2Fcgu%2Fcgu%2Fmodelos%2Flicitacoescontratos%2F14133_termo_de_referencia_contratacao_direta_servicos.docx&wdOrigin=BROWSELINK), acessado em 03/04/2023.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE DE USUÁRIOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa de jurisprudências publicadas por tribunais (TJ, TRF, TRT E Tribunais Superiores) e de doutrinas jurídicas, para atendimento das necessidades do Coren-SP no que diz respeito à busca por jurisprudências e doutrinas jurídicas para embasamento das atividades de seus setores	21040	15	Mês	24	R\$ 629,10	R\$ 15.098,40
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 15.098,40 (quinze mil, noventa e oito reais e quarenta centavos).							

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

4.1.1. A solução a ser contratada deverá corresponder a uma plataforma web, integrada aos conteúdos disponibilizados pelos tribunais (TJ, TRT, TRF e Tribunais Superiores);

4.1.2. A ferramenta a ser contratada deverá permitir a realização de pesquisas e buscas por tema, assunto julgado ou área do direito, retornando jurisprudências de tribunais acerca dos termos buscados;

4.1.3. A ferramenta deverá permitir acesso à biblioteca virtual de obras literárias das áreas do direito, incluindo obras completas, capítulos, coleções, permitindo busca unificada de um mesmo tema nas diferentes obras do acervo;

4.1.4. A ferramenta a ser contratada deverá permitir a realização de buscas unificadas por termos, nomes ou assuntos nos Diários Oficiais do Poder Executivo e do Poder Judiciário;

4.1.5. A solução deverá possuir ferramenta adicional para consulta processual a partir do número do processo ou nome da parte envolvida, retornando informações como



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

movimentações do processo e documentos relacionados a ele;

**4.1.6.** A solução a ser contratada deverá possuir interface totalmente em Português do Brasil.

### **4.2. Requisitos de Segurança e de Segurança da Informação**

**4.2.1.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do Contratante, não podendo a Contratada utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo Contratante.

**4.2.2.** Deverão ser observados todos os requisitos aplicáveis da nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

### **4.3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade**

**4.3.1.** Tendo em vista que os serviços serão prestados exclusivamente por meio de sistemas eletrônicos, com documentos produzidos em suportes digitais, a equipe de Planejamento da Contratação não localizou critérios de sustentabilidade específicos para o objeto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ou outras referências normativas consultadas, a exemplo da IN SEGES/MP nº 01/2010.

### **4.4. Transição Contratual**

**4.4.1.** Não se aplica.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não será admitida a subcontratação para este objeto.

## **6. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**6.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**6.1.1.** A exigência de garantia gerará custos que serão repassados ao serviço. Não há, objetivamente, risco efetivo que a exigência de garantia possa mitigar. Dessa forma não há benefício para o Coren-SP na exigência da garantia.

## **7. VISTORIA**

**7.1.** Não se aplica.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**8.1.** O prazo de execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato.

**8.2.** O produto JusBrasil para multiusuários oferece dois planos corporativos que dão acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, e uso de obras da Revista dos Tribunais:

**Pesquisa Jurídica Básica:** permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças.

**Pesquisa Jurídica Avançada:** permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças, assim como a leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**8.3.** Conforme plano escolhido, existem dois modelos de venda/assinatura: assinatura mensal através do cartão de crédito, realizada diretamente no sítio da JusBrasil; ou assinatura anual ou bianual, com pagamento através do boleto e descontos especiais proporcionais ao número de usuários adquiridos.

**8.4.** Os planos para multiusuários do JusBrasil atendem as necessidades de escritórios de advocacia/empresas privadas e órgãos governamentais/empresas públicas que necessitam de uma quantidade maior de usuários atrelado a um mesmo pagamento.

**8.5.** Em relação ao modelo de venda, tendo em vista impossibilidade de o Coren-SP realizar pagamentos mensais de acessos, bem como porque a contratação de destina a usuários lotados dentro de uma estrutura de cargos prevista no organograma da instituição, a assinatura bianual, com pagamento através do boleto é a alternativa que atenderá as possibilidades operacionais do Coren-SP.

**8.6.** Destaque-se que a assinatura anual ou bianual do produto foi observada em demais contratações da Administração utilizadas para verificação dos preços praticados pela fornecedora.

### **9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**9.1.** A contratação de assinaturas do produto JusBrasil para Multiusuários, plano 'Pesquisa Jurídica Avançada', junto à Goshme Soluções Para a Internet Ltda., para atendimento de necessidades de empregados da área jurídica e de demais setores interessados do Coren-SP pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**9.2.** As assinaturas contratadas, durante todo o seu período de validade, deverão conferir aos usuários todas as funcionalidades, ferramentas de busca, acessos a acervos e demais condições e especificações próprias do plano corporativo 'Pesquisa Jurídica Avançada', desde aquelas descritas na Proposta Comercial até aquelas que venham a ser acrescentadas, dentro do Plano em questão ou de outro produto que venha, se o caso, a substituí-lo.

**9.3.** Os acessos ao conteúdo da Solução deverão ser realizados em ambiente Web seguro, mediante utilização de login e senha, determinados pelo adquirente e/ou pelos usuários indicados. A Contratada deverá habilitar as funcionalidades para os usuários solicitados em conjunto com o usuário administrador, profissional responsável por realizar a gestão de contas por parte do adquirente, que deverá ser indicado quando da contratação.

**9.4.** A Contratante poderá, por meio de acesso às funcionalidades restritas ao usuário administrador, poderá excluir e habilitar acessos nominais a qualquer tempo, mantidas as quantidades de acessos contratados.

**9.5.** A disponibilização dos acessos à Plataforma JusBrasil e demais informações que viabiliza a fruição do objeto contratado deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos contados do início da vigência do instrumento contratual.

### **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **10.1. Rotinas de Fiscalização Contratual**

**10.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente,



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**10.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**10.1.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**10.1.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**10.1.4.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**10.1.4.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**10.1.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**10.1.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**10.1.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**10.1.7.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**10.1.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**10.1.9.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**10.1.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**10.1.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 11. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**11.1.** Considerando a DECISÃO COREN-SP/PLENÁRIO/024/2022, que dispõe sobre as rotinas e procedimentos para a contratação direta de compras e contratações de serviços no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP, a presente contratação deverá ocorrer na forma da Lei nº 14.133/2021 e outras normas aplicáveis ao objeto.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**11.2.** Isto posto, não foram observados normativos específicos que regem a contratação em questão.

### **12. DO RECEBIMENTO**

**12.1.** O acesso à plataforma e demais informações que viabilizarão a fruição do objeto contratado é de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do instrumento contratual e/ou Nota de Empenho.

**12.2.** O bem será recebido provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a ativação do acesso à plataforma, pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta comercial.

**12.2.1.** O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos/corrigidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**12.3.** O bem será **recebido definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços contratados e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**12.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**12.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**13.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregados especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**13.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**13.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

**13.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da SEGES/MPDG nº 05/2017.

**13.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**13.6.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**13.6.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**13.6.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**13.6.4.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**13.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**13.8.** Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**13.9.** Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**13.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133/2021.

**13.11.** Responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feito pelo CONTRATADO, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da solicitação.

**13.12.** Responder aos requerimentos feitos pelo CONTRATADO acerca de questões relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução dos ajustes.

**13.12.1.** Concluída a instrução do requerimento, a administração terá o prazo de (30) trinta dias corridos para decidir, admitida a prorrogação por igual período.

**13.13.** Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta apresentada pela instituição promotora do evento, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

**13.14.** Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

**13.15.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

**13.16.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

**13.17.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**14.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**14.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Coren-SP, devendo ressarcir imediatamente a Administração em



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**14.4.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**14.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da SEGES/MPDG nº 05/2017;

**14.6.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**14.7.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**14.8.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**14.9.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**14.10.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Projeto Básico.

**14.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**14.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**14.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**14.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Projeto Básico;





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**14.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**14.17.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**14.18.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017:

**14.18.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**14.18.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra Pessoa Jurídica, desde que sejam observados pela nova Pessoa Jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**16.1.** A contratação será efetivada junto à empresa Goshme Soluções para internet Ltda., responsável pela Plataforma Jusbrasil, inscrita no CNPJ nº 07.112.529/0001-46, por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de contratação inviável de competição.

### **17. DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal/fatura, mediante depósito bancário para crédito, em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

**17.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura no momento em que o Coren-SP atestar a execução do objeto do Contrato.

**17.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**17.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**17.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**17.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**17.6.** Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**17.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**17.8.** Previamente à emissão de nota de empenho, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**17.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**17.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**17.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**17.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**17.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**17.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**17.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso;  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
 $I = i/365$     $I = (6/100) / 365$     $I = 0,00016438$



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

### 18. REAJUSTE

**18.1.** Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**18.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**18.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**18.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**18.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**18.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**18.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**18.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**18.9.** Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto.

### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do objeto;
- II. Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo dar causa à inexecução total do contrato;
- III. Dar causa à inexecução total do objeto;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida à Contratação;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a Contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Projeto Básico as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública;

**§1º** Na aplicação das sanções serão considerados

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem à Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento do programa, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§2º** A sanção prevista no inciso I do *caput* deste subitem será aplicada, exclusivamente, pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do item 19.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§3º** A sanção prevista no inciso II do *caput* deste subitem será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do objeto licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste Projeto Básico.

**§4º** A sanção prevista no inciso III do *caput* deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do 19.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**§5º** A sanção prevista no inciso IV do *caput* deste subitem será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do item 19.1 deste Projeto Básico, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo m que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§6º** A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* deste item será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

**§7º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* deste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* deste subitem.

**§8º** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**§9º** A aplicação das sanções previstas no *caput* deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração Pública.

**17.3** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do subitem 19.2 deste Projeto Básico, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.4** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do subitem 19.2 deste Projeto Básico, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contando da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.5** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**17.6** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**17.7** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**17.7.1** interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* deste item;

**17.7.2** suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**17.7.3** suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**19.3.** Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**19.4.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.5.** O Coren-SP deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**19.6.** Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do *caput* do item 19.2 deste Projeto Básico, o Poder Executivo regulamentará a forma de compute e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de objetos distintos.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**19.7.** O atraso injustificado na execução do Objeto desse Projeto Básico, sujeitará o CONTRATADO a multa de mora neste prevista.

**19.8.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta lei.

**19.9.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos acima.

**19.9.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do item 19 acima exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**19.10.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**19.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**20.1.** As despesas correrão pelo Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.027 – Serviços De Informática.

## 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

**21.1.** As partes ficam vinculadas aos termos deste Projeto Básico, seus eventuais anexos e à proposta da Contratada.

**21.2.** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, com compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

### Controle de Revisões

Descrição	Nome e Matrícula	Data
Elaborado por:	Ingrid Wendy Carrel, matrícula 1177	30/03/2023
Revisado por:	Andreia Alves de Lima, matrícula 1125	03/04/2023



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 de abril de 2023.

Assinam este Projeto Básico:

<b>INTEGRANTE REQUISITANTE</b>	<p><b>Caio Tadeu de Souza Paschoal</b> Agente Administrativo – GJUR Matrícula 727</p> <p><b>Janaina Thais Daniel Varalli</b> Gerente Jurídico Matrícula 1139</p>
<b>INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<p><b>Ingrid Wendy Carrel</b> Assessor I – GCC Matrícula 1177</p> <p><b>Andreia Alves de Lima</b> Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1125</p>